



CÓD: OP-059NV-23  
7908403545209

# **CAUCAIA – CE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA – CEARÁ**

Agente de Suporte em Educação – Cuidador

**EDITAL Nº 001/2023**

## **Língua Portuguesa**

1. Interpretação e compreensão de texto . . . . .	5
2. Tipos e gêneros textuais . . . . .	5
3. Fonética: Encontros consonantais e vocálicos, sílaba (divisão e classificação) . . . . .	6
4. Acentuação gráfica . . . . .	7
5. Ortografia . . . . .	8
6. Pontuação . . . . .	9
7. Morfologia: Classes de palavras, processo de formação das palavras . . . . .	12
8. Análise sintática dos períodos simples e composto . . . . .	20
9. Concordância nominal e verbal . . . . .	24
10. Regência verbal e nominal . . . . .	26
11. Semântica: Sinonímia, antonímia e paronímia . . . . .	26
12. Tipos de linguagem: Verbal, não-verbal, denotativa, conotativa, coloquial, formal . . . . .	27
13. Funções da linguagem . . . . .	29
14. Colocação pronominal . . . . .	29
15. Linguagem e sentido. Ambiguidade . . . . .	31
16. Figuras de linguagem . . . . .	31
17. Coesão. Coerência. Referenciação . . . . .	35

## **Matemática**

1. Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação) . . . . .	43
2. Múltiplos e divisores: máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum . . . . .	51
3. Frações ordinárias e decimais . . . . .	53
4. Números decimais: propriedades e operações. Expressões numéricas . . . . .	54
5. Equações do 1º e 2º grau. Problemas . . . . .	54
6. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal . . . . .	58
7. Sistema monetário brasileiro . . . . .	60
8. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções . . . . .	63
9. Divisão em partes proporcionais . . . . .	64
10. Regra de três simples e composta . . . . .	66
11. Porcentagem . . . . .	67
12. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes . . . . .	69
13. Fundamentos da Teoria dos Conjuntos . . . . .	71
14. Conjuntos Numéricos: Números Naturais e Inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum). Números Racionais e Irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal). Números Reais (relação de ordem e intervalos). Operações . . . . .	72
15. Funções: Estudo das Relações, definição da função, funções definidas por fórmulas: domínio, imagem e contradomínio, gráficos, função injetora, sobrejetora e bijetora, funções par e ímpar, funções crescentes e decrescentes, função inversa, função composta, função polinomial do 1º Grau, quadrática, modular, exponencial e logarítmica, resoluções de equações, inequações e sistemas . . . . .	72
16. Sequência . . . . .	104

---

## ÍNDICE

---

17. Geometria Plana. Ângulos: definição, classificação, unidades e operações, feixes de paralelas cortadas por transversais . . .	106
18. Teorema de Tales e aplicações. . . . .	117
19. Polígonos: elementos e classificação, Diagonais, soma dos ângulos externos e internos, estudo dos quadriláteros e triângulos, congruências e semelhanças, relações métricas dos triângulos. Área: polígonos e suas partes . . . . .	119
20. Álgebra: análise combinatória . . . . .	119
21. Geometria Espacial: retas e planos no espaço (paralelismo e perpendicularismo), poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindro, cone e esfera (elementos e equações) . . . . .	121

### ***Atualidades e Convivência Societária***

1. Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Caucaia . . . . .	123
2. Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Caucaia. . . . .	127
3. Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade . . . . .	127
4. Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado. . . . .	135
5. Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente . . . . .	136
6. A relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo. . . . .	137
7. Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos . . . . .	138
8. Recursos hídricos . . . . .	138
9. Bacias hidrográficas e seus aproveitamentos. . . . .	139
10. As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida. A destruição da camada de ozônio e impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil. Origem e evolução do conceito de sustentabilidade . .	140
11. Ética profissional e social . . . . .	153
12. Ética, moral e cidadania . . . . .	155

### ***Conhecimentos Específicos***

#### ***Agente de Suporte em Educação – Cuidador***

1. Programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial. . . . .	161
2. Fundamentos Éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias, incluindo adolescentes . . . . .	166
3. Programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais . . . . .	178
4. Noções sobre direitos humanos e sociais . . . . .	184
5. Noções fundamentais de direitos humanos e socioassistenciais. . . . .	190
6. Questões sociais e da juventude e do idoso . . . . .	190
7. Outros conhecimentos específicos exigidos para desempenho da função. Ação do Cuidador. . . . .	198
8. Proteção e Defesa do Direito de Crianças, Adolescentes e idosos à Convivência Familiar e Comunitária. . . . .	198
9. Direito da educação para todos. . . . .	216
10. Aprendizagem e desenvolvimento no contexto da educação para todos os gêneros e sexualidade . . . . .	219
11. Comunicação e sistemas alternativos de comunicação . . . . .	242
12. Acessibilidade, mudanças posturais e recursos de tecnologia assistiva, alimentação e aspectos de saúde . . . . .	243
13. Relação com a comunidade escolar e área de saúde. . . . .	250

---

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	Expressar características, qualidades ou estado dos seres Sofre variação em número, gênero e grau	Menina <i>inteligente</i> ... Roupa <i>azul-marinho</i> ... Brincadeira <i>de criança</i> ... Povo <i>brasileiro</i> ...
ADVÉRBO	Indica circunstância em que ocorre o fato verbal Não sofre variação	A ajuda chegou <i>tarde</i> . A mulher trabalha <i>muito</i> . Ele dirigia <i>mal</i> .
ARTIGO	Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou <i>um</i> ovo. <i>Uma</i> menina deixou <i>a</i> mochila no ônibus.
CONJUNÇÃO	Liga ideias e sentenças (conhecida também como conectivos) Não sofre variação	Não gosto de refrigerante <i>nem</i> de pizza. Eu vou para a praia <i>ou</i> para a cachoeira?
INTERJEIÇÃO	Exprime reações emotivas e sentimentos Não sofre variação	<i>Ah!</i> Que calor... Escapei por pouco, <i>ufa!</i>
NUMERAL	Atribui quantidade e indica posição em alguma sequência Varia em gênero e número	Gostei muito do <i>primeiro</i> dia de aula. <i>Três</i> é a metade de seis.
PRONOME	Acompanha, substitui ou faz referência ao substantivo Varia em gênero e número	Posso <i>ajudar</i> , senhora? <i>Ela</i> me ajudou muito com o <i>meu</i> trabalho. <i>Esta</i> é a casa <i>onde</i> eu moro. <i>Que</i> dia é hoje?
PREPOSIÇÃO	Relaciona dois termos de uma mesma oração Não sofre variação	Espero <i>por</i> você essa noite. Lucas gosta <i>de</i> tocar violão.
SUBSTANTIVO	Nomeia objetos, pessoas, animais, alimentos, lugares etc. Flexionam em gênero, número e grau.	A <i>menina</i> jogou sua <i>boneca</i> no rio. A <i>matilha</i> tinha muita <i>coragem</i> .
VERBO	Indica ação, estado ou fenômenos da natureza Sofre variação de acordo com suas flexões de modo, tempo, número, pessoa e voz. Verbos não significativos são chamados verbos de ligação	Ana se <i>exercita</i> pela manhã. Todos <i>parecem</i> meio bobos. <i>Chove</i> muito em Manaus. A cidade <i>é</i> muito bonita quando vista do alto.

### Substantivo

#### Tipos de substantivos

Os substantivos podem ter diferentes classificações, de acordo com os conceitos apresentados abaixo:

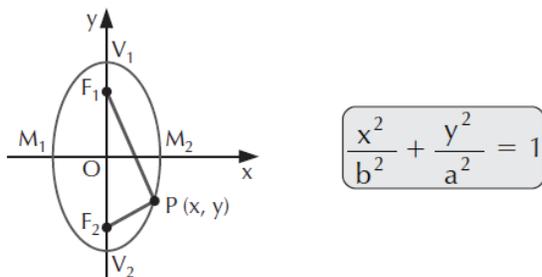
- **Comum:** usado para nomear seres e objetos generalizados. *Ex: mulher; gato; cidade...*
- **Próprio:** geralmente escrito com letra maiúscula, serve para especificar e particularizar. *Ex: Maria; Garfield; Belo Horizonte...*
- **Coletivo:** é um nome no singular que expressa ideia de plural, para designar grupos e conjuntos de seres ou objetos de uma mesma espécie. *Ex: matilha; enxame; cardume...*
  - **Concreto:** nomeia algo que existe de modo independente de outro ser (objetos, pessoas, animais, lugares etc.). *Ex: menina; cachorro; praça...*
  - **Abstrato:** depende de um ser concreto para existir, designando sentimentos, estados, qualidades, ações etc. *Ex: saudade; sede; imaginação...*
- **Primitivo:** substantivo que dá origem a outras palavras. *Ex: livro; água; noite...*
- **Derivado:** formado a partir de outra(s) palavra(s). *Ex: pedreiro; livraria; noturno...*
- **Simples:** nomes formados por apenas uma palavra (um radical). *Ex: casa; pessoa; cheiro...*
- **Composto:** nomes formados por mais de uma palavra (mais de um radical). *Ex: passatempo; guarda-roupa; girassol...*

#### Flexão de gênero

Na língua portuguesa, todo substantivo é flexionado em um dos dois gêneros possíveis: **feminino** e **masculino**.

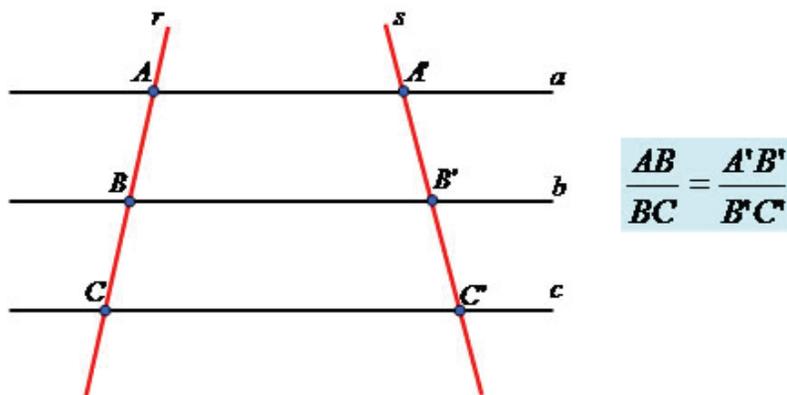
O **substantivo biforme** é aquele que flexiona entre masculino e feminino, mudando a desinência de gênero, isto é, geralmente o final da palavra sendo **-o** ou **-a**, respectivamente (*Ex: menino / menina*). Há, ainda, os que se diferenciam por meio da pronúncia / acentuação (*Ex: avô / avó*), e aqueles em que há ausência ou presença de desinência (*Ex: irmão / irmã; cantor / cantora*).

b) Centrada na origem e com o eixo maior na vertical.

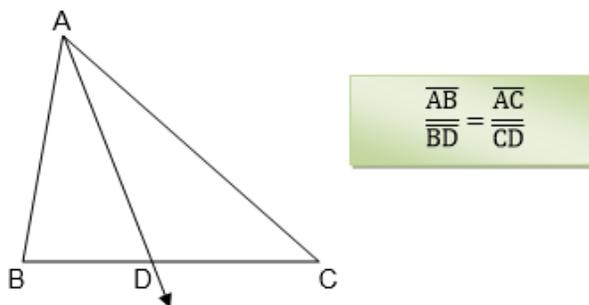


TEOREMA DE TALES E APLICAÇÕES

O Teorema de Tales é uma teoria aplicada na geometria acerca do conceito relacionado entre retas paralelas e transversais. “Feixes de retas paralelas cortadas ou intersectadas por segmentos transversais formam segmentos “de retas proporcionalmente correspondentes”.



**Teorema da bissetriz interna:** A bissetriz de um Ângulo interno de um triângulo divide o lado oposto em segmentos proporcionais aos respectivos lados adjacentes.



**Teorema da bissetriz externa:** A bissetriz de um ângulo externo intercepta a reta suporte que contém o lado oposto, dividindo-o em segmentos proporcionais aos lados adjacentes.



Winnicott (2005a; 2005b) afirma que, quando a convivência familiar é saudável, a família é o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Todavia, é preciso lembrar que a família, lugar de proteção e cuidado, é também lugar de conflito e pode até mesmo ser o espaço da violação de direitos da criança e do adolescente. Nessas situações, medidas de apoio à família deverão ser tomadas, bem como outras que se mostrarem necessárias, de modo a assegurar-se o direito da criança e do adolescente de se desenvolver no seio de uma família, prioritariamente a de origem e, excepcionalmente, a substituta, pois a convivência saudável com a família possibilita que:

*O indivíduo encontre e estabeleça sua identidade de maneira sólida que, com o tempo, e a seu próprio modo, ele ou ela adquira a capacidade de tornar-se membro da sociedade – um membro ativo e criativo, sem perder sua espontaneidade pessoal nem desfazer-se daquele sentido de liberdade que, na boa saúde, vem de dentro do próprio indivíduo ( Winnicott, 2005a, p. 40).*

#### Convivência Comunitária

Conforme abordado anteriormente, a partir da sua entrada na educação infantil ou no ensino fundamental, a criança expande seu núcleo de relacionamentos para além da família. Durante a infância e a adolescência o desenvolvimento é continuamente influenciado pelo contexto no qual a criança e o adolescente estão inseridos. A partir da relação com colegas, professores, vizinhos e outras famílias, bem como da utilização das ruas, quadras, praças, escolas, igrejas, postos de saúde e outros, crianças e adolescentes interagem e formam seus próprios grupos de relacionamento. Na relação com a comunidade, as instituições e os espaços sociais, eles se deparam com o coletivo – papéis sociais, regras, leis, valores, cultura, crenças e tradições, transmitidos de geração a geração – expressam sua individualidade e encontram importantes recursos para seu desenvolvimento (Nasciuti, 1996).

Os espaços e as instituições sociais são, portanto, mediadores das relações que as crianças e os adolescentes estabelecem, contribuindo para a construção de relações afetivas e de suas identidades individual e coletiva. Nessa direção, se o afastamento do convívio familiar for necessário, as crianças e adolescentes devem, na medida do possível, permanecer no contexto social que lhes é familiar. Além de muito importante para o desenvolvimento pessoal, a convivência comunitária favorável contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção social da família.

Nesse sentido, Takashima (2004)<sup>22</sup> destaca que algumas estratégias da comunidade contribuem para a proteção da criança e do adolescente, constituindo formas de apoio coletivo entre famílias em situação de vulnerabilidade social:

- redes espontâneas de solidariedade entre vizinhos: a família recebe apoio em situações de crise como morte, incêndio ou doenças;
- práticas informais organizadas: a comunidade compartilha com os pais ou responsáveis a função de cuidado com a criança e com o adolescente, bem como denuncia situações de violação de direitos, dentre outras; e
- práticas formalmente organizadas: a comunidade organiza projetos e cooperativas para a geração de emprego e renda, por exemplo.

Pereira e Costa (2004),<sup>23</sup> em estudo sobre o acolhimento institucional, observaram que as famílias de crianças e adolescentes abrigados geralmente não possuem rede familiar extensa ou redes

sociais de apoio na comunidade. As autoras apontam que estas famílias, predominantemente monoparentais e chefiadas pela mulher, possuem uma história marcada pela exclusão social, migração e ruptura de vínculos afetivos. Vivências de “desenraizamento familiar e social” associam-se à falta de um grupo familiar extenso e de vínculos significativos na comunidade aos quais a família possa recorrer para encontrar apoio ao desempenho de suas funções de cuidado e proteção à criança e ao adolescente. Para estas famílias, em especial, o acesso a uma rede de serviços potencializada e integrada torna-se fundamental para a superação de suas vulnerabilidades.

Além da influência que o contexto exerce sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente, as redes sociais de apoio e os vínculos comunitários podem favorecer a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares, bem como a proteção e o cuidado à criança e ao adolescente.

É importante destacar, todavia, que, além de potencial para o desenvolvimento da criança, do adolescente e da família é na utilização dos espaços e instituições sociais e nas relações socialmente estabelecidas que direitos são também violados. Pela própria organização de alguns contextos, as famílias podem estar particularmente expostas a tensões externas que fragilizam seus vínculos, tornando-as mais vulneráveis.

A violência, a discriminação, o consumismo veiculado na mídia, a intolerância e a falta de acesso às políticas sociais básicas – aspectos, relacionados à própria estruturação da sociedade brasileira – acabam repercutindo sobre a possibilidade de uma convivência familiar e comunitária saudável. Nesse sentido, Szymanski (2002) relembra que a violência é responsável pela maior parte das mortes entre jovens das camadas mais empobrecidas da população. A autora afirma que a violência urbana, fortemente associada ao tráfico e ao consumo de drogas, tem reflexos na vida das famílias das diferentes classes sociais repercutindo sobre as relações intra-familiares, o desenvolvimento de seus membros e a relação com o contexto social.

Assim, é possível afirmar, conforme destacado por Vicente (2004), que os vínculos familiares e comunitários possuem uma dimensão política, na medida em que tanto a construção quanto o fortalecimento dos mesmos dependem também, dentre outros fatores, de investimento do Estado em políticas públicas voltadas à família, à comunidade e ao espaço coletivo – habitação, saúde, trabalho, segurança, educação, assistência social, desenvolvimento urbano, combate à violência, ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes, distribuição de renda e diminuição da desigualdade social, meio ambiente, esporte e cultura, dentre outros. Os aspectos aqui abordados evidenciam finalmente que a efetivação da promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes requer um conjunto articulado de ações que envolvem a co-responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, conforme disposto no ECA e na Constituição Federal.

#### *Ameaça e violação dos direitos da criança e do adolescente no contexto da família*

Por tudo o que já foi dito sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente, e do modo como esse processo, numa via de mão dupla, afeta e é afetado pelo ambiente familiar e social que lhe é continente, fica demonstrada a importância de se oferecer à criança e, mais tarde, ao adolescente, um ambiente nutritivo e estável, do ponto de vista relacional e afetivo, onde se sintam protegidos e

**Diretrizes**

A mudança no paradigma do atendimento à criança e adolescente, sobretudo na efetivação do seu direito à convivência familiar e comunitária apresentada na forma operacional deste Plano fundamenta-se nas seguintes diretrizes:

**- Centralidade da família nas políticas públicas**

O direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária está relacionada à inclusão social de suas famílias. O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226 da Constituição Federal do Brasil, na Convenção sobre os Direitos da Criança, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social e na Declaração dos Direitos Humanos.

A família é compreendida como um grupo de pessoas com laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes.

Sendo assim, “a família, independente de seu formato, é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e geradora de modalidades comunitárias de vida”. Portanto, diante de situações de risco social e vulnerabilidades vividas pelas famílias brasileiras, principalmente por pressões geradas pelos processos de exclusão social e cultural, essas famílias precisam ser apoiadas pelo Estado e pela sociedade, para cumprir suas responsabilidades. Esse apoio visa a superação de vulnerabilidades e riscos vividos por cada família, favorecendo e ampliando os recursos socioculturais, materiais, simbólicos e afetivos que contribuem para o fortalecimento desses vínculos. Diante disso, a centralidade da família no âmbito das políticas públicas se constitui em importante mecanismo para a efetiva garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

**Primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família**

No cumprimento do princípio da prioridade absoluta à garantia dos direitos da criança e do adolescente, o Estado deve se responsabilizar por oferecer serviços adequados e suficientes à prevenção e superação das situações de violação de direitos, possibilitando o fortalecimento dos vínculos familiares e sócio-comunitários. O apoio às famílias e seus membros deve ser concretizado na articulação eficiente da rede de atendimento das diferentes políticas públicas, garantindo o acesso a serviços de educação, de saúde, de geração de trabalho e renda, de cultura, de esporte, de assistência social, dentre outros. Nas situações de risco e enfraquecimento dos vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão favorecer a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas. Estas estratégias visam potencializar a família para o exercício de suas funções de proteção e socialização e o desenvolvimento de sua autonomia, incluindo o desenvolvimento de ações que possam levar à constituição de novos vínculos familiares e comunitários em caso de ruptura dos vínculos originais. Para garantir a qualidade das políticas de apoio às famílias, o Estado tem a responsabilidade de capacitar seus agentes e de fiscalizar, monitorar e avaliar esses serviços na articulação dos níveis municipal, estadual e federal.

**- Reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades**

As políticas especiais para promoção, defesa e garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária devem reconhecer a família como um grupo social capaz de se organizar e reorganizar dentro de seu contexto e a partir de suas demandas e necessidades. Em sua relação com a sociedade e em sua rede de relações internas, a família apresenta capacidade de criar soluções para seus problemas, e de rever e reconstruir seus vínculos ameaçados, a partir do apoio recebido das políticas sociais.

Reconhecendo a complexidade desse processo, é preciso escutar e respeitar as famílias, seus valores e crenças, criando com elas soluções que possam ser adequadas ao contexto, coerentes com os direitos dos seus membros e consistentes com as políticas sociais.

**- Respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade sexual e à equidade de gênero**

O apoio às famílias deve se pautar pelo respeito à diversidade dos arranjos familiares, às diferenças étnico-raciais e culturais bem como à equidade de gênero, consoante com a Constituição Federal. A defesa dos direitos de cidadania deve ter cunho universalista, considerando todos os atores sociais desenvolvidos no complexo das relações familiares e sociais e tendo impacto emancipatório nas desigualdades sociais. Dessa forma, o respeito à diversidade não pode ser contraditório com uma ética dos direitos que incentive mudanças culturais, por meio do resgate das tradições de cuidado e afeto nos vínculos familiares e comunitários, em suas bases de identidade cultural, nem com a construção participativa de novas práticas. O respeito à diversidade está associado à reflexão das famílias sobre suas bases culturais, ao combate aos estigmas sociais, à promoção dos direitos humanos e ao incentivo aos laços de solidariedade social.

**- Fortalecimento da autonomia do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida**

Sendo a criança e o adolescente sujeitos de direitos, é necessário reconhecer suas habilidades, competências, interesses e necessidades específicas, incentivando-os, inclusive por meio de espaços de participação nas políticas públicas, à busca compartilhada de soluções para as questões que lhes são próprias.

Atenção especial deve ser dada aos adolescentes em regime de Acolhimento Institucional, ou sem possibilidades de reatar os vínculos familiares e que requerem soluções participativas e negociadas para a elaboração de seus projetos de vida. Os espaços públicos frequentados por crianças e adolescentes e as instâncias de formulação de políticas públicas constituem importantes instrumentos para exercício dos direitos de cidadania, sob a perspectiva tanto de incentivar a criatividade no campo das ciências, das artes, da cultura e dos esportes quanto na formação de lideranças infanto-juvenis.

**- Garantia dos princípios de excepcionalidade, brevidade e provisoriade nos programas de Acolhimento Familiar e Acolhimento Institucional de crianças e de adolescentes**

Toda medida de proteção que indique o afastamento da criança e do adolescente de seu contexto familiar, podendo ocasionar suspensão temporária ou ruptura dos vínculos atuais, deve ser uma medida rara, excepcional. Apenas em casos onde a situação de risco e desproteção afetam a integridade do desenvolvimento da criança e do adolescente é que se deve pensar no seu afastamento da família de origem. A decisão sobre a separação é de grande respon-



1ª Alimentos de textura adaptada; 2ª Diferentes consistências de líquidos espessados.

Quando a alimentação por via oral constitui um risco grave para a saúde do indivíduo e é insuficiente para manter uma alimentação adequada às suas necessidades, é frequente a utilização de sonda para alimentação: as mais comuns são as nasogástricas ou gastrostomias endoscópicas percutâneas (PEG). Para estas situações existem fórmulas que substituem a alimentação artesanal; no entanto, os custos que este tipo de alimentação acarreta são muito elevados pelo que, geralmente, se mantém a alimentação artesanal com uma textura líquida.

#### Interação medicamento/alimento

Crianças e adultos com necessidades especiais têm muitas vezes que tomar medicamentos como: anticonvulsivantes, tranquilizantes, antiespasmódicos ou estimulantes, entre outros medicamentos como analgésicos, antibióticos e laxantes. Estes medicamentos que podem afetar o estado nutricional destas pessoas de diferentes maneiras, como:

- Alteração na absorção, metabolismo, e/ou excreção de nutrientes específicos;
- Distúrbios gastrointestinais e/ou anorexia, levando a um decréscimo no aporte de nutrientes;
- Aumento do apetite, o que pode resultar em obesidade;
- Interação com os nutrientes antes da sua ingestão (quando misturados com os alimentos antes da sua administração).

Além disso, ainda podemos constatar que há medicamentos que prejudicam a biodisponibilidade dos nutrientes, bem como, alimentos que interferem na eficácia dos medicamentos a nível orgânico.

Logo, o uso de medicamentos interfere de forma significativa no estado nutricional destas pessoas, de modo que a integração entre eles deve ser sempre observada.

#### Dispositivos de compensação na alimentação (talheres, copos, pratos)

Os dispositivos de compensação na alimentação são meios indispensáveis para permitir uma maior autonomia de pessoas com deficiência e/ou atividade limitadas, para se alimentarem.

Em muitas situações, bastam pequenas adaptações para que estas consigam alimentar-se sozinhas. Além de permitirem uma maior autonomia, levam a que a pessoa se sinta menos limitada e dependente de terceiros.



Talheres e pratos adaptados